

Leituras da História:
como perceber as diferentes perspectivas da abordagem histórica

Fernando Amed ¹

Curriculum lattes: <http://lattes.cnpq.br/5732831611339510>

RESUMO: Se a história é aguardada como uma ciência dos homens no passado, ela vem também a se constituir numa abordagem que esconde predileções ou discordâncias. Trata-se então de se averiguar as diferentes teorias que terminam por estabelecer os contornos da narrativa que se pretendeu elaborar com relação ao passado. Nesse artigo se objetivou tomar como foco a perspectiva historiográfica.

Palavras- chave: Teoria da história. Historiografia. Hegel. Maquiavel

ABSTRACT: If history is expected as a science of men in the past, it also comes to be a valid approach that hides predilections or disagreements. It is then to ascertain the different theories that eventually set the contours of the narrative that attempted to draw up about the past. In this article aimed to focus on taking the perspective of historiography.

Key-words: Theory of History. Historiography. Hegel. Maquiavel

“Há mais honestidade e rigor nas ciências ocultas do que nas filosofias que atribuem um “sentido” à história.” Cioran. *Silogismos da Amargura*. Rio de Janeiro: Rocco, 1991, p.81.

A proposta desse artigo é iluminar a percepção de que a história possui uma teoria que lhe dá suporte e que são muitas as abordagens possíveis que concedem lógica ao passado. Enfim, penso que essas orientações possam ser úteis para aqueles que costumam lidar com textos impressos em que a recuperação de eventos históricos se

¹ Fernando Amed é doutor em História pela FFLCH da Universidade de São Paulo. Ministra aulas de História da Arte no curso de Artes Visuais: bacharelado em pintura, escultura e gravura do Centro Universitário Belas Artes de São Paulo. É também professor de filosofia e temas contemporâneos nos cursos de publicidade, Cinema, Rádio e TV e Relações Públicas da Faculdade de Comunicação e Marketing da Faap. Autor de *As cartas de Capistrano de Abreu: sociabilidade e vida literária na belle époque carioca*. São Paulo: Alameda Editorial, 2006 e *História dos Tributos no Brasil*. São Paulo: Nobel Editora, 2000.

faça necessária. Elas podem ser viáveis tanto para aqueles que escrevem bem como para os que lêem. Nessa direção, nosso objetivo foi a elaboração de um texto informativo sobre a teoria da história bem como sobre a historiografia. Enfim, trata-se de observar que a narrativa histórica não é, nem inocente, nem sequer gratuita. Ou seja, quando falamos sobre o passado, saibamos ou não, estamos sendo tributários de algum tipo de visão acerca da história.

As reflexões que se seguem se inserem na busca por mapear os modos através dos quais se escreve ou se escreveu a história. Mas, agregue-se a isso que a prática docente bem como as experiências de orientação das pesquisas de iniciação científica terminam por estabelecer um *topos* a partir do qual novas e ou recorrentes questões ganham corpo. Esse traço, talvez o mais atraente, me faz dedicar o que adiante vai se ler aos muitos estudantes que tenho o privilégio de conviver. Em especial, os aspectos que serão abordados aqui costumam ser percebidos nas tentativas de análise das obras de arte, da forma como vem sendo pensadas a partir da história. Esposamos crenças, saibamos ou não, quando nos decidimos a estabelecer um percurso ou outro para o exame de um quadro, de uma escultura, de uma gravura ou fotografia à luz da história. E, ao elaborarmos uma interpretação, o fazemos em ligação com orientações afeitas à cultura, ao contexto econômico-político, às questões de gênero ou partindo de outras tantas hipóteses. Aqui, pretendemos então que o pesquisador venha a perceber que seu próprio recorte de análise pode ser encetado como um objeto de estudo, aprofundamento e relativização. Nesse caso, é a própria visada do proponente que se torna seu objeto de pesquisa e dúvida. Sendo assim, iniciaremos pela circunscrição e pela instauração de nosso tema.

Os historiadores profissionais há muito tempo costumam reconhecer o que se convencionou chamar por teoria da história (ARÓSTEGUI 2006). Quando lêem um texto de história, levam em consideração – ou pelo menos teriam condições para tanto – o momento em que foi elaborado, procuram conhecer algo mais sobre o autor, refletem acerca de sua formação ou de suas ligações mais amplas com o grupo de historiadores de que fazem ou fizeram parte.

Por outro lado, conhecemos muitas pessoas que lêem textos de história na expectativa de se aproximarem da verdade do que aconteceu no passado e que inclusive, saem por aí falando o quanto podem, acerca dos fatos relativos a um povo ou época em especial. Para esse tipo de pessoa, não parece haver dúvida alguma acerca das informações a que

tiveram acesso. E isso pode ter ocorrido somente pelo fato de terem lido algum livro de história, que veio a chegar às suas mãos através de uma indicação por parte de um amigo, de um professor ou pelo acesso às listas semanais que apontam os dez livros mais vendidos.

O mesmo ocorre quando alguém assiste a um documentário ou mesmo um filme de ficção. Para além das suspeitas sobre a parcialidade do autor ou do diretor do filme, os eventos narrados passam a servir como elementos pertencentes ao assunto. Ou seja, não parecem restar dúvidas sobre a verdade daquilo que foi obtido na experiência que passaram. Situações como essas aparecem com constância nas conversas informais em que se toma como fonte de um juízo sobre o passado, o que veio a ser conhecido através de uma produção cinematográfica recém lançada.

Algo de diferente deveria ocorrer com os historiadores profissionais. Eles foram preparados para reconhecer que um texto, um filme ou um documentário que abordem aspectos históricos, deveriam sempre ser postos sob o abrigo da dúvida ou do ceticismo (LESSA 1997). Desta forma, dependendo da filiação teórica do responsável pelo trabalho de história, será tomado um encaminhamento de interpretação diferenciado. E esse é um importante diferencial que vem a distinguir a posição do historiador para com tantos outros que somente possuem afeto em relação à história.

Num primeiro momento, um texto de história sempre será acolhido como tributário de uma visão esposada pelo autor. Nessa direção, o próprio conteúdo ganha instabilidade. Faz parte desse itinerário, se ele estiver presente na prática de um historiador, continuamente mencionar que tal filme ou documentário, ou mesmo um livro, apresentou informações *segundo* o autor em questão. É necessário que se perceba que os rigores da prática historiográfica poderiam encaminhar os historiadores para que inclusive pontuassem seu afastamento para com suas predileções acerca de um ou outro aspecto, ainda mais quando ele se remeter aos juízos de valores. Ou seja, se por algum motivo possui identificação com um dos lados opostos participantes da Guerra Fria, eu deveria me esforçar em evitar que essa inclinação viesse a moldar antecipadamente os resultados obtidos em minha pesquisa. Uma tendência abraçada pelo historiador pode fazer inclusive com que ele selecione os aspectos que lhe são favoráveis para o encaminhamento de sua interpretação. Sob o viés de um ceticismo radical, poderíamos então acreditar que qualquer um dos lados pode ser igualmente defendido. Afastamos de uma ambição positivista a partir do momento que deixamos claro o que

privilegiamos como fundamento de nossa análise. Se o espectro da democracia é levado em consideração, seguramente encaminharemos entradas que irão valorizar elementos que se aproximam ou se afastam desse conceito. Se nossas crenças pendem para o lado comunista, diminuiremos nossas tensões para com os excessos da burocracia soviética.

A mudança então se dá na qualidade da absorção daquilo que se viu ou leu. E como consequência, poderia ser adotada a percepção de que o conhecimento adquirido pela história tem certa dose de provisoriedade. Enfim, não conhecemos tanto um assunto quanto imaginávamos poder conhecer. Essa incerteza, longe de parecer frustrante, pelo contrário, pode estimular a continuidade dos estudos, mas sempre sob certa “cortina de fumaça”.

Creio que esses comentários iniciais já apontem para uma situação distinta daquela que podemos supor acerca da validade certa de todo conhecimento apreendido pelo contato com a história escrita. Mas existe algo mais que vem a distinguir o historiador profissional daqueles tantos que se interessam pela leitura da história passada. E isso diz respeito às linhas ou orientações presentes na estrutura da narrativa dos textos de história.

Como são encaminhadas as ligações lógicas entre os fatos e eventos dispostos num texto de história? O que foi levado em consideração para o estabelecimento de um fato e o que foi descartado pelo historiador? Como geralmente os produtos das pesquisas em história terminam por se constituir em textos escritos, quais encaminhamentos foram concedidos na direção de se apontar causas ou consequências dos fatos históricos? Enfim, quando se escolhe delimitar uma revolução, por exemplo, por que os historiadores parecem se afinar em relação a alguns motivos em especial e deixam tantos outros de lado? E, finalmente, o que vem a ser um fato histórico? Pensemos por exemplo no século XVIII francês. Um recorte econômico irá forjar como fato, o esgotamento das práticas feudais que se refletiram na queda abrupta da oferta de grãos e, como consequência, na carestia e na futura precipitação das revoltas populares que se encaminhariam para a eclosão da grande revolução francesa. Uma abordagem estritamente política iria estabelecer como fato, o enfraquecimento das redes de suporte ao poder absolutista em virtude da licenciosidade ou do afrouxamento das normas de conduta da elite aristocrática. Mas se nos encaminhássemos pela leitura da história da arte, o estilo conhecido pelo nome de Rococó se estabeleceria como um fato primordial

e todo um contexto de época ganhariam seu contorno através dos quadros de Antoine Watteau, François Boucher ou Jean-Honoré Fragonard.

É esse tipo de inquérito que termina por constituir o principal objeto do que acima apontei como teoria da história. E o exame dos modos distintos de escrita da história ao longo do tempo recebe o nome de historiografia. Assim, existem historiadores que não se dedicam ao estudo de fatos ocorridos no passado, mas somente ao trabalho realizado por outros historiadores. Este trabalho também pode ser chamado de história da história uma vez que esses profissionais se dedicam a examinar a história, não como uma seleção de eventos encaminhados logicamente, mas ela própria, colocando em dúvida o modo através do qual se estabeleceu o texto em si (GILDERHUS 2010).

De um ponto de vista prático, o reconhecimento das filiações a que pertencem os historiadores, o que em si não é complicado nem impossível, pode se tornar um ganho para um bom número de pesquisadores que se utilizam de textos dessa natureza. Nos jornais, por exemplo, costumamos tomar contato com recapitulações históricas quando da ocorrência de uma situação mais espetacular. Pode ser a morte de um político de destaque, ou um autor da literatura ou mesmo a queda de um regime político. Em todos esses casos, a história é chamada e um texto é colocado para a leitura com vistas a dar conta dos supostos principais fatos referentes ao caso. Mas, além disso, o que já poderia se colocar em suspensão acompanhamos uma lógica da narrativa, que vai predispor o que o jornalista considerou mais importante para ser dito como causa ou como consequência. A opção pelo encadeamento lógico, consciente ou não, revela o tipo de abordagem que dá suporte ao autor.

Na linguagem da historiografia, quando se constrói uma narrativa que encadeia eventos e de certa forma se acredita que a história está em evolução, estamos fazendo ou acreditando em uma *filosofia da história*. Ou seja, quem assim escreveu, pensa ter descoberto uma lógica passível de ser percebida em relação aos fatos históricos e, mais do que isso, crêem que saímos de um ponto zero, mais precário e que caminhamos para algo melhor. No campo da filosofia da história, nos deparamos com nomes como Santo Agostinho, Voltaire, Kant, Hegel e Marx (TERRA 1986). Todos eles, de maneiras distintas esposavam a crença na possibilidade de se antecipar frente aos rumos da história. Num certo sentido, a história então se aproxima da previsibilidade.

Algo dessa condição, por exemplo, dá suporte a alguns juízos contemporâneos tais como “em pleno século XXI, como pode haver países em que ainda se maltratam as

mulheres?” ou então “Pablo Picasso foi um artista além de seu tempo”. Para ambos os casos, bem corriqueiros, partiu-se do princípio de que a história passada foi compreendida como logicamente encaminhada e que rumava para a evolução. E a partir daí foi possível perceber para onde ela iria. O que frustra os que emitem esses juízos é o fato de haver uma contradição quando se deparam com algo que consideraram em retrocesso para com o rumo aguardado pela história. No segundo exemplo, supõe-se que seja possível a um ser humano se antecipar à história ou viver adiante de seu tempo, fato que ainda não foi percebido pela maioria ou totalidade de seus contemporâneos. Ambos os juízos são tributários de uma concepção de filosofia da história, amplamente justificada nas considerações de Hegel e de Marx.

Assim, quando cotidiana e trivialmente nos servimos da história como pano de fundo de uma argumentação, quase sempre nos servimos de alguma filosofia da história anteriormente elaborada. E nesse caso, sob a luz do ceticismo, podemos ter optado por uma teoria da qual sequer possuímos afinidade. Num contexto contemporâneo, em que as informações tomam o lugar da reflexão e isso em virtude da necessidade de se estar em “sintonia com nosso próprio tempo”, nem sequer sabemos se abraçamos uma teoria ou outra. Nos jornais, a simples menção à história já é o suficiente para remeter o leitor àquilo que ela já supõe, ou seja, uma série de dados encadeados, amarrados e lógicos e que se encaminham para um resultado final. Na mídia, quando a história aparece, ela sempre vem justificada pela crença – explícita ou não – de que caminhamos para o melhor dos mundos. Grande parte das notícias então justifica uma quebra na continuidade esperada. É assim, que guerras, conflitos populares ou movimentos de libertação são avaliados sob o crivo do avanço ou do retrocesso. Ou seja, acredita-se então que a história – os rumores, os acontecimentos, os fatos – podem ser encaminhados e que possuam um rumo preciso. O que frustra então é o fato de se sair dele. Observamos aqui uma aspiração utópica uma vez que o que parece soar como ultrapassado ou reacionário vem a quebrar uma lógica que aspira ao avanço e ao progresso. Mas, no interior de uma reflexão relativista, como de fato demarcar o que vem a ser tradição ou ruptura ou como sabermos que tipo de prática irá se traduzir na prática em produto de avanço ou retrocesso?

Adiante-se que nem sempre se pensou assim. Gregos e romanos, por exemplo, acreditavam numa dimensão cíclica da história. Se houvesse algo como mídia na vida dos povos clássicos, os jornais não iriam então se surpreender com um acontecimento

que pudesse ser lido como avanço ou retrocesso. Num certo sentido, gregos e romanos acompanhavam os acontecimentos de sua época com mais distanciamento. Mas os líderes pensavam em demarcar seus feitos com vistas à posteridade, acreditando que estariam deixando lições para o futuro (MOMIGLIANO 2004).

Um último exemplo. A ênfase contemporânea na exploração dos atributos femininos em oposição ao sexismo – os estudos de gênero - ou no reforço à participação dos excluídos econômicos guarda proximidade com uma revisão dos eixos históricos, uma opinião justificada e que ganhou perfis mais nítidos, do ponto de vista acadêmico, a partir da leitura das obras do filósofo francês Michel Foucault (MUNSLOW 2009). Ou seja, como em qualquer outro campo filosófico, essa orientação também pode ser vista como relativa. Pode ser tomada como tributária da corrente a que o filósofo pertenceu, de suas crenças mais subjetivas, e enfim, podem ser submetidas à reflexão cética. Perceba-se que não é o que transparece quando tomamos contato com textos ou artigos de jornal que abordam enfaticamente um aspecto remetido à reflexão sobre as questões de gênero. Nessa direção, parece correto que se busque as origens não conscientes do feminismo – um movimento cravado na história e pertencente à década de 60 do século passado – naquilo que se sabe sobre a vida de uma mulher egípcia que viveu há 8 mil anos atrás.

Seria mais ponderado tomar as questões de gênero a partir do que informalmente nomeamos como a guerra dos sexos. Nessa direção, as tensões entre homens e mulheres podem ser iluminadas inclusive pelos mitos primordiais como Adão e Eva ou Pandora e Epimeteu. Ou então pelo produto das pesquisas neodarwinistas que sugerem que as diferenças entre homens e mulheres dizem respeito aos vetores necessários da reprodução e da perpetuação da espécie. Ou seja, as tensões havidas entre os sexos opostos podem ter sido maturadas ao longo de milhões de anos sendo que a seleção natural veio a escolher aqueles hábitos que se mostraram mais viáveis para a manutenção dos *homo sapiens sapiens* (WRIGHT 1994). Enfim, pode ser que o fato das mulheres se maquiarem para os homens não tenha necessariamente a ver com um comportamento imposto por uma sociedade patriarcal, mas sim com a necessidade atávica de almejar a reprodução e a continuidade de nossa espécie.

Não é porque a história é assim hoje que por isso ela sempre foi desse modo.

Não, nem sempre a história foi vista e utilizada da mesma forma que na atualidade. Na verdade, ela foi percebida – nas poucas vezes em que isso ocorreu - de maneira muito diferente na maior parte do tempo em que estamos na Terra e que nos reconhecemos como gente. E nem por isso aquelas pessoas, nossos ancestrais estavam errados, de um ponto de vista evidente. A história que fazia parte de suas vidas somente deveria ser aquela remetida ao seu cotidiano, como por exemplo, ter adquirido a experiência de se fazer algo como cozinhar ou caçar. E isso, por conta desses ensinamentos terem se mostrado viáveis. É bem provável que mesmo a história pessoal fosse desdenhada. Com exceção daqueles que fizessem parte de alguma minoria de líderes, uma casta ou dinastia, a maioria das pessoas talvez nem sequer soubesse quem teria sido o seu pai. Já é um otimismo contemporâneo acreditar que conhecessem suas mães.

Na atualidade, costumamos guardar alguma ligação mais subjetiva com histórias orais que chegam até nós e que dizem respeito aos nossos parentes do passado. Esses dados deveriam ser desconhecidos para a maioria dos homens e mulheres do passado, mesmo numa época que já conhecia civilizações como a egípcia, babilônica, grega ou romana. E essa já é uma dimensão diferenciada da história em relação à atualidade.

Agora imaginemos grandes histórias como essas que se encontram em profusão nas livrarias que por vezes entramos. Bem, considerando os gregos – ponto de referência para as civilizações da atualidade – eles tiveram dois únicos livros. Imagine só: você entra em uma livraria – por conta da insistência de seu filho que deseja vorazmente ter aquele livro de conto de fadas *pop-up* – e, para passar o tempo, dá uma olhada nas estantes e vai seguindo. Filas e filas de livros de auto-ajuda, literatura, gastronomia, etc. e etc. E, num canto, na seção de história, dois livros: *A História* de Heródoto e *A guerra do Peloponeso* de Tucídides.

Os gregos, de uma maneira geral podiam viver sem qualquer preocupação maior com o seu passado. Não possuíam também qualquer tensão com a “conscientização de seu povo” ou com aspectos como “é necessário conhecer o passado para não repeti-lo”. Enfim, esses clichês contemporâneos não encantavam os gregos. Na *História* de Heródoto, tomava-se contato com hábitos e costumes de povos que viviam por perto da civilização grega, com mais atenção para os persas que estavam em guerra com a Grécia. Já Tucídides, preocupou-se com a guerra havida entre Atenas e Esparta, ou seja, um problema que afligia os gregos, mas que também se remetia ao desejo de demarcar o sucesso dos atenienses (MOMIGLIANO 2004).

Os gregos então, falavam de seu próprio tempo ou dos feitos de seus governantes contemporâneos a eles. E isto, quando pensamos no pequeno grupo daqueles que participavam da democracia, no caso de Atenas. Considere-se também o fato de que poucos sabiam ler e escrever e que a leitura era atributo de poucos. Aliás, não muito diferente da atualidade. No caso do Ocidente atual, muitos sabem ler, mas somente o fazem para tarefas cotidianas, talvez identificar um produto num supermercado ou ler uma placa de trânsito num local estranho ou por se sentirem perdidos, seguramente para navegar pela internet. Mas pode-se fazer tudo isso com umas 35 palavras em português, se muito. A leitura mesmo, de livros ou jornais, continua reservada para poucos que ainda vêem alguma utilidade nisso, ou por alguma espécie de vício.

De qualquer maneira, seria inútil aguardar que os gregos buscassem a história para se conhecer o futuro ou que viessem a se lastimar por conta de um acontecimento que não se adequasse a uma expectativa. Para tanto, os gregos procurariam pitonisas que lhes saciariam a vontade de se conhecer acontecimentos futuros. Enfim, se os gregos acompanhassem a narrativa dos eventos de sua atualidade, é bem provável que a associassem aos vaticínios dos leitores das entranhas ou dos vôos dos animais que lhes ofertavam algum relato sobre o que poderia vir a acontecer.

É bom que se perceba, enfaticamente, que não estamos abordando uma civilização sem maior importância no cenário ocidental. No pequeno período em que Atenas floresceu, uma estirpe das melhores cabeças pode refletir e escrever talvez a melhor produção de pensamentos de que já tivemos notícia, mas nem por isso, a história teve algum destaque significativo. Aristóteles, por exemplo, aproximava a história do gênero literário somente distinguindo-a por se envolver com fatos verossímeis. Mas só e nada mais a declarar.

Os romanos já se dedicaram um pouco mais à história, ao menos ao que contemporaneamente temos uma idéia do que seja. Mesmo assim, tratou-se de uma história de Césares ou então do relato modelar do que viesse a ser visto como virtuoso e significativo para ser perpetuado na forma da letra. E essa foi uma forma de preocupação histórica que teve muita influência ao longo dos anos. Chamamos esse tipo de história de *Magister Vitae* ou a história como mestra da vida. Nesse caso, os fatos a serem lembrados seriam aqueles que de alguma forma eram vistos como edificantes ou que pudessem ser tomados como referência para o futuro.

Em geral, esse tipo de história ainda está entre nós. Normalmente associada aos necrológicos – textos escritos no momento da morte de algum personagem especial – essa modalidade de narrativa edificante também aparece remetida aqueles personagens para os quais há algum tipo de consenso sinalizador de que se destacaram em meio aos demais. Os textos de natureza política, por exemplo, comportam bem esse tipo de orientação, especialmente quando o autor é de alguma forma, afinado ao grupo do qual faz parte alguma liderança que veio a se destacar. Mas ela também cabe em relação aqueles que se remetem à produção de cultura. Mas, o que hoje é feito é somente uma lembrança do que romanos faziam uma vez que o respeito e a consideração para com os imperadores eram incomensuravelmente maiores do que a que podemos ver em casos contemporâneos.

De todo modo, se estamos lendo um texto que se serve da história e ele venha a se parecer edificante em relação à figura que está se falando, é bem provável que se trate de um escrito cuja origem se encontra em Roma. E esses casos podem aparecer quando o personagem central for Hitler, Stalin, Fidel Castro ou Barack Obama. Poucos são os textos dessa natureza em que seus autores não esperavam contar com alguma espécie de benefício por parte do personagem defendido. Ou então o fizeram por algum tipo de envolvimento subjetivo, seja pelo ataque ou pela defesa.

Mas, a recuperação de casos remetidos à educação, saúde ou modelos de ação política também não fogem da linha *Magister Vitae*. Recupera-se o que se entende que deve ser perpetuado em novas práticas ou atitudes. Nesses casos, também se deve levar em consideração a autoria dos escritos como meio de averiguação da posição do autor em questão. Ele pode somente estar defendendo sua posição do ponto de vista mais pragmático e não necessariamente preocupado com o andamento da educação, das criancinhas ou da política. Enfim, algo que teríamos facilidade em constatar se o personagem elogiado em questão não fosse de nosso agrado ou não pertencesse ao nosso time.

A mesma linha de recuperação do passado encontra-se num dos maiores autores já vistos no ocidente e se trata de Nicolau Maquiavel. N' *O Príncipe*, Maquiavel está preocupado com aquilo que pode manter o governante no poder e afastá-lo de sua queda. A tensão evidenciada pelo autor se encontra entre a *virtu* – possibilidade de controle racional, antecipação e astúcia – e a fortuna – o acaso, os vícios. A história retomada por Maquiavel é aquela que sinaliza então os acertos e os equívocos de líderes

do passado. Trata-se então de uma recuperação de elementos modelares e referenciais que, na visão de Maquiavel, poderiam servir como instrução para o príncipe (BERLIN 2002 p. 299).

Quando hoje acreditamos poder aprender com o passado, não estamos tão longe de Maquiavel, ou ao menos, não tanto quanto muitos gostariam de estar. E mais próximos ainda estamos quando supomos que situações históricas já passadas são edificantes e podem servir como referência às mais jovens gerações. Num certo sentido, se a história serve para o suporte de conselhos, normalmente ela está num plano primeiramente formulado pelos romanos e depois colocado em prática por Maquiavel.

Note-se que em nenhum dos casos mencionados até agora, sentimos a necessidade de se abordar o uso de fontes históricas. Ou seja, todos esses modelos de escrita de história não levavam em consideração a citação com vistas à comprovação daquilo que foi ajuizado. Era de fato o nome do autor que dava suporte à história que narrou. E, além disso, se o caso mencionado era edificante e funcionava como um exemplo, tudo bem. Ainda mais, como no caso de Maquiavel, se ele tivesse sido obtido em Suetônio, autor da *Vida dos Césares*. Não haveria uma iniciativa em se procurar saber se de fato a citação estava correta. O que, aliás, não é uma preocupação contemporânea, a não ser que se deseje de alguma forma perseguir o autor, por conta de alguma razão em especial, como por exemplo, ele pertencer a um grupo de oposição ao que você está.

O que entendemos por fonte histórica, já guarda alguma proximidade com o exercício profissional dos historiadores. Mas aproxima-se do que os jornalistas conhecem tão bem. Em algum lugar do passado havia uma lenda que sinalizava que uma notícia deveria ser confirmada por três fontes diferentes. Mas, no caso do jornalismo, as fontes podem ser personificadas em testemunhos presentes. Na história, elas são efetivadas pelo contato com textos, muitas vezes, de outros historiadores, como no caso de Maquiavel.

Mas, mesmo assim, gregos, romanos e Maquiavel, não precisaram sinalizar o lugar de onde tiraram suas informações, ao menos não formalmente. A história narrada não estava então submetida à referência da justificação comprovada. E com isso não quero dizer que se tratasse de pessoas menos evoluídas ou o que quer que seja que se assemelhe a isso. Simplesmente, não se citava a fonte formalmente e a vida continuava. Maquiavel escreveu suas obras, é um dos grandes pensadores de todos os tempos e não agia como um estudante curso de humanidades deve agir sob o risco de obter mal

aproveitamento e de não sobreviver no habitat de seu meio acadêmico. O teor das informações que ele trazia importava mais do que a certeza de que elas existissem em algum lugar. Mas, dado o restrito universo de leitores bem como a formação clássica que possuíam, é bem provável que tivessem lido no original aquilo que Maquiavel apresentava.

Os romanos e Maquiavel não possuíam a preocupação da citação ou da comprovação das fontes porque essa não era uma tensão na época em que viviam e nem por isso não deixaram de produzir grandes obras. As fontes ou a comprovação da veracidade de um documento possuem uma história paralela a história. Com isso quero dizer que a história escrita muito pouco se preocupou com a fidelidade dos documentos ou fontes. É claro que em alguma medida um texto de história deveria ser convincente. Mas para tanto, o bom senso poderia auxiliar.

Não existem relatos em textos de história que apontem elefantes e girafas voando em plena savana africana. Mas existem aos montes aqueles que elegem a conduta de um líder como exemplar ou que defendem o estabelecimento de um tipo de regime político como mais favorável para se rumar à felicidade de um povo. A diferença entre os dois casos é que entendemos que parece haver melhor senso na crença na perspectiva de um sistema político que nos leve à alegria em comparação com quadrúpedes que voem. Alguns discordam disso, mas a primeira hipótese continua a gerar mais credulidade que a primeira. Em nenhum dos casos, diga-se, contamos com fontes históricas que dêem suporte às expectativas.

E como essas crenças aparecem em nosso cotidiano midiático, é possível perceber que a preocupação com a correta citação das fontes ainda é um assunto perseguido pelos historiadores, mesmo que seja como um ideal. Em grande parte, somos próximos dos romanos e não nos importamos sumamente com citações. Mas, do ponto de vista dos historiadores profissionais, as fontes são quase uma obsessão.

Mas o percurso para uma aceitação formal da necessidade de documentos ou fontes, bem como da veracidade das informações não se fez de uma maneira linear. Ou pelo menos, considerando o pouco tempo que damos valor à escrita, a necessidade de comprovação da validade de um documento não deve ter atormentado muito a humanidade. Num universo iletrado, talvez nem houvesse tensão com relação à falta de veracidade de uma carta, por exemplo. Mas a checagem acerca da fidelidade de outras coisas fazia parte do cotidiano. Moedas ou outros objetos de valor deveriam passar por

alguma espécie de averiguação. Assim, o que hoje conhecemos como um dos trabalhos fundamentais dos antiquários, a saber, avaliar a veracidade de um objeto, foi a origem do que atualmente entendemos como comprovação de fontes (GLÉNISSON 1979).

Mas outros aspectos também estiveram presentes. No trabalho para a distinção daquilo que seria improvável, outra prática também havia produzido cultura. No exercício intelectual dos beneditinos do século XVII, a erudição se fazia necessária. A crítica externa averiguava a validade do documento. A crítica interna procurava discernir o conteúdo do texto em questão.

Assim, a erudição típica do século XIX, teve seu percurso aproximado de outras práticas distintas. Nesse momento, o trabalho do erudito tinha como objeto diferenciar e resolver controvérsias. Importava então ter certeza da veracidade de uma informação ou de várias, se elas estivessem remetidas à resolução de um evento. Nesse momento, a história descoberta poderia ser considerada como verdadeira. Vários documentos escritos, que fossem comprovados, poderiam vir a estabelecer um evento.

Esses aspectos, corriqueiros na atualidade, ou que acreditamos serem básicos para os historiadores, foram reunidos na prática do historiador em meados do século XIX, na Alemanha e o nome de Leopold Von Ranke é lembrado como sendo o homem de letras que definiu a história como uma disciplina. Estudantes dos Estados Unidos ou da França, costumavam participar dos seminários de Ranke como meio de aprenderem a utilizar corretamente os documentos (HOLANDA 1974). Além disso, foi aí que se iniciou a história da nota de rodapé (GRAFTON 1998), o que já sinalizava o desejo de demarcação de que um juízo estava devidamente comprovado. A frase mais citada de Ranke é aquela que aponta que ele queria que conhecêssemos o que de verdade aconteceu no passado. O alemão acreditava então na possibilidade de se falar algo de verdadeiro sobre o passado. A história foi levada mais a sério e se aproximou da credibilidade que a ciência despertava. Esse estilo de pesquisa e escrita da história recebeu o nome de historicismo.

O historicismo também pressupunha uma relação de empatia com o passado, ou seja, poderíamos nos imaginar como as coisas eram na época que escolhemos estudar. Grande parte do gosto atual com relação à história tem proximidade com o historicismo. Até mesmo quando se acredita na possibilidade de se conhecer o passado. O historicismo não era relativista, ao menos a partir do que foi estabelecido por um historiador que possuísse critérios. Na pesquisa, no entanto, tudo poderia acontecer. Um

historiador que advogasse essa abordagem lutaria para se manter numa relação de imparcialidade com relação ao passado e nesse aspecto sim, ele seria relativista.

Muitos de nós vemos o produto da pesquisa histórica dessa forma. Acreditamos que uma vez escrito, ou pesquisado por alguém que devotamos confiança, dá para se acreditar. Um exemplo: os adeptos contemporâneos da crença no aquecimento global operam com dados históricos como se eles fossem absoluta verdade. Além disso, costumam somente ler autores concordantes com essa hipótese ou que comunguem da mesma fé. Para eles então, o estilo histórico que mais cabe é o historicismo. Outros, ao lerem jornais e se depararem com notícias que de alguma forma recuperam aspectos históricos, acreditam, também estarem se aproximando daquilo que de fato aconteceu.

Mas o que atrai a muitos, especialmente acerca do gosto em história, não deixa de ser uma abordagem nesses moldes. Bem, se um texto de história não guardar nenhuma proximidade com aquilo que aconteceu no passado, para que ele serviria? Poderíamos então ler somente ficção. Pode-se conhecer as guerras napoleônicas lendo Tolstoi (TOLSTOI 2008), o universo intelectual da década de 20 do século passado, lendo de Huxley (HUXLEY 2002), o Brasil do século XIX, lendo José de Alencar (ALENCAR 1998), a revolução francesa lendo Anatole France (FRANCE 2007), é por aí vai. Precisamos mesmo de historiadores? Esses são aspectos levantados na virada para o século XXI por historiadores norte-americanos identificados com o que se convencionou chamar de virada lingüística (IGGERS 1997). Se a história que conhecemos nos chega através de textos, resta abordá-los com as mesmas ferramentas constituídas no campo da crítica literária, ou seja, quando um historiador busca representar um evento do passado, ele o faz através da metonímia ou da metáfora? Enfim, através desse viés, entende-se que o passado mesmo, nunca poderá ser recuperado com precisão. Ele somente será mediado pelas figuras de linguagem utilizadas pelo historiador em questão. Nessa direção, não tão longe de Aristóteles, o historiador faz um tipo diferente de ficção uma vez que ele aspira à verossimilhança.

A história com sentido e direção: as filosofias da história

Filosofia da história é uma expressão certamente datada bem como circunscrita a um campo específico das humanidades. No entanto o seu sentido e significado são plenamente utilizados, pela mídia – programas, documentários, matérias jornalísticas.

A ideia básica consiste em se acreditar que a história possua alguma espécie de direção passível de ser percebida ou decodificada. É possível também que se faça alusão ao que se acredita que possa vir a acontecer no futuro. Bem, essas perspectivas de utilização da história – entendida aqui como relação selecionada de eventos ocorridos – não é novidade. Pode-se dizer que na antiguidade ou na idade média, ela estivesse presente em toda sorte de previsões que eram realizadas. A diferença, de certa forma, é perceber a adoção dessas perspectivas por meio de pensadores identificados com a filosofia moderna. O primeiro nome que nos vem à cabeça é o de G. W. Hegel. *Fenomenologia do Espírito* (HEGEL 2008) é uma de suas obras em que pretendeu demarcar - ou contextualizar, já uma expressão contemporânea - o movimento do espírito ou razão. Filósofo idealista, algo como Platão, certamente costuma cair no agrado de um bom número de seguidores.

Hegel tratou de identificar o estabelecimento da razão através de três momentos, a tese, a antítese e a síntese. Dada sua característica inapreensível, o espírito não se permitiria se configurar com precisão, sempre assumindo novos contornos. São de Hegel duas expressões que também estabelecem proximidade com o que se escuta na atualidade. O espírito de uma época e os heróis, aqueles que encarnam o que ainda não aconteceu ou que se anteciparam ao que não foi percebido.

Hegel definiu a dialética através da ideia de que algo, ao se afirmar, produz elementos para a sua própria negação. O resultado então seria uma nova síntese que se articularia em novos contornos ainda imperscrutáveis, mas não para os grandes personagens. Essas orientações hegelianas migraram para sua compreensão de história e se acham numa obra póstuma, as *Lições sobre a Filosofia da História* (HEGEL 1999). Ali se encontram as fontes para a compreensão do modo com que grande parte da história é escrita ou falada na atualidade.

Em primeiro lugar, a ideia de que só há história onde há mudança ou alteração. Para Hegel, então, existiam povos sem história ou a própria pré-história, marcada pela permanência ou ausência de acontecimentos. Enfim, não há dialética e nada se estabelece como contradição. A ideia básica consiste em creditar o nome de história aos casos em que haja algum paradoxo e o estabelecimento de uma nova configuração. Revoluções e guerras seriam exemplos que mais se ajustariam. Passa-se também a dimensão de que o passado pode ser contextualizado, pois para Hegel, caminharíamos para o melhor dos mundos. Enfim, o filósofo se serviu da história com instrumentos

precisos tais como régua, bússola ou compasso. Uma ida às suas conjecturas pode saciar nossa ambição por se deparar com sentido e se caminhar para a identidade entre essa aspiração e o que supomos que aconteceu.

Estamos então falando de linhas do tempo, de avanço e retrocesso e da possibilidade de percepção disso. Esses aspectos aparecem aos montes quando se fala da história na atualidade. Exemplos: menções à aceleração da história, quando guerras ou revoluções ocorrem; como dar suporte a essa afirmação se não no vocabulário hegeliano? Um homem adiante de seu tempo ou algo que se acredita que seja sinal de atraso com relação à atualidade. Ambas as afirmações sinalizam perspectivas de compreensão do passado como portador de elementos ou aspectos passíveis de compreensão ou contextualização. Enfim, quando acreditamos que seja difícil que algo exista em pleno século XXI, mais exatamente por entendermos que isso indique retrocesso, de que maneira constituímos balizas ou marcos seguros para justificar tais opiniões?

Mas, se a filosofia da história de Hegel parece estratosférica, coube a Karl Marx simplificá-la, mesmo que mantendo tensões temporárias e ainda acreditando num final feliz. Muitas das frustrações motivadas pelos acontecimentos contemporâneos guardam uma expectativa com relação ao que poderia ser melhor (GREEN e TROUP 1999). Diga-se que mesmo que esse melhor não seja passível de confirmação. Marx falou de sobrevivência, de modos de produção, de uma classe dominante, e mais significativo para a baixa estima, ele cunhou o termo classe dominada. Isso, o que já seria suficiente, sem falar no fato de que previu uma espécie de Bíblia invertida, com o paraíso ao final.

Somente para efeito de comparação, na Idade Média, a partir de indícios considerados seguros – pestes, guerras e invasões – algumas pessoas – os milenaristas – acreditavam que estávamos caminhando para um grande momento de purgação, onde somente poucos e bons permaneceriam. É claro que isso parece ridículo aos nossos olhos, mas porque não pensamos o mesmo com relação às expectativas para com o futuro, é uma verdadeira incógnita. Algo dessa filosofia da história também aparece nos contos e narrativas professadas pelos ambientalistas de toda sorte.

Causas ambientais ou remetidas ao gênero são pretensamente justificadas por lutas ou posicionamentos políticos e então, quando vão à história, o fazem na direção de se deparar com justificativas. Nesse sentido, quando encadeiam acontecimentos estabelecem uma direção para a história. Estamos então no campo das lutas pelas imposições de pontos de vista.

Quem nos garante então que os acontecimentos do passado não sejam somente ajustados como meio de justificativas de interesses do presente? Do ponto de vista cético, podemos nos deparar com argumentos favoráveis ou não, que afirmem ou que neguem, que defendem ou que ataquem. Com qual deles concordamos? Lembrando que estamos no campo da interpretação e que ela, como sabemos, admite várias perspectivas.

Abordamos aspectos ambientais ou ecológicos e as questões de gênero. Podemos também tomar a política, mais exatamente quando submetida à história. Em nosso país, a tradição intelectual que se estabeleceu, mais exatamente a partir da década de 30 do século passado, acreditou ter encontrado um porto seguro para a crítica, somente quando se leva em consideração os parâmetros marxistas. Ou seja, todo período, homem, mulher, fato, pode ser contextualizado e precisado de acordo com determinações econômicas.

Curioso observar que se fôssemos buscar um suporte religioso chegaríamos bem perto disso. Por exemplo, quando se toma a história humana como predestinada à danação. Aí então, todas as entradas ou eventos se remeterão às justificativas quanto ao que foi feito de errado no passado. Mas, como se sabe, essas orientações são normalmente descartadas como atrasadas e são normalmente repudiadas num contexto mais materialista. E o marxismo veio substituí-las. Então, do ponto de vista político, também estamos no plano da filosofia da história.

O que era história no passado

Tomemos indiscriminadamente dois momentos da história, ou situações prováveis acontecidas no passado. Pode ser em Roma, na Grécia, ou numa vila medieval. Pense, imagine e recupere: não havia jornais, meios de divulgação como TV, rádio, internet ou o que se pareça com isso.

As notícias se resumiriam aos acontecimentos imediatos e que guardassem ligação com o cotidiano. Alguém adoeceu seguramente seria uma informação a ser levada em consideração, ainda mais dependendo de quem. Para um grupo de pessoas que de alguma forma estivesse unido, por aspectos subjetivos ou objetivos – caçavam, plantavam, etc. – esse seria um caso a ser levado em consideração. E as informações deviam circular num espaço talvez semelhante ao que hoje conhecemos por um

quarteirão, uns mil metros quadrados, não mais do que isso. Quanto à história, ao menos do modo que a vemos, ela deveria se resumir às informações que se tinha sobre as pessoas, quando houvesse àquelas que de alguma forma, davam alguma atenção para isso, por algum motivo qualquer.

E vivia-se, muito provavelmente não tão diferente dos dias de hoje. A história resumiria-se ao que se falava sobre alguém com vistas a se encontrar algo que tivesse feito de errado, ou então algo a ser elogiado. De um ponto de vista mais amplo, nada a se preocupar, nenhuma noção de mundo. Ele era tão somente o espaço que se trilhava no dia a dia que se conformaria em sua vida inteira. Seria isso pior ou melhor do que ocorre na atualidade? Sabemos acerca do que acontece no Oriente Médio e, vivendo ali ou distante, podemos fazer algo? Nada além de nos servirmos dessas informações para conversarmos por interesse ou por falta de assunto.

E quanto às fontes de informação? Hoje, elas dão suporte aos pretensos juízos acerca do que acontece em qualquer parte do mundo. Mas, se as fontes apontam algo que aconteceu – uma invasão, um assassinato, etc. – os juízos não conseguem alçar tamanha objetividade. Eles são comprometidos com pontos de vista pré elaborados. Gosto de um lado, tenho afinidade por essas idéias, sou opositor daquele grupo. Isso, mesmo que eles se pareçam bastante abalizados e justificados com tabelas, citações de autoridades e tudo o mais.

E numa pequena cidade medieval? O que se obtivesse de informação seria seguramente considerado como a totalidade, assim como hoje. Um vizinho falando de outro. O velho esquema tão eficiente da delação, por exemplo. Alguém que vivesse próximo de você, e que não contasse com sua simpatia, por alguma razão subjetiva qualquer poderia ser o suficiente para se criar histórias, mesmo que partindo de elementos acontecidos.

Isso é história. E por que levariam em consideração algo mais profundo? E isso serviria para que exatamente? Lembremos que a história como vemos na atualidade nasceu no século XIX, na Alemanha. Ela guarda ligações com um ambiente em especial que almejava decididamente estabelecer com objetividade germânica o que aconteceu no passado. Esse “aconteceu” visto como passível de ser descoberto e demarcado. Pode ser que guarde ligações com um tipo de obsessão, como algo específico à cultura local, nada mais do que isso. Pode não ter mais sentido ou significado em outro momento. Para que serve de fato se conhecer o passado, quando ele não é o seu, mais exatamente?

Que suportes possíveis a história poderia fornecer? A ideia de que a história possui importância ou que caminha para a formação da consciência é nova. Ela é do século XIX, como vimos. Foi ali que se desenvolveu o historicismo, em proximidade com descobertas e os exames quanto à veracidade das fontes. A história ali poderia ser concebida como uma espécie de legitimação de uma nação. Note-se que não era comum a busca pela definição de um povo a partir de aspectos remetidos à sua história. Não por acaso, Ranke se deteve no exame e escritura da história germânica. No Brasil, alguns historiadores buscaram também caracterizar o que entenderam ser a história do Brasil.

Essa era uma visão que justificava a importância da reflexão histórica, bem como do seu ensino. Não muito distante de uma prática religiosa, enfim, a história parecia concorrer para a formação de uma consciência. Será isso necessário hoje?

Bem, parte do conteúdo clássico da história parece ir perdendo sentido. Muitos de nós nos acostumamos a ver a história como um estudo que não deve envolver a memorização, mas que ela deve ser construída ou reconstruída (MUNSLOW 2009) - num debate, numa resposta - somente a partir de uma cadeia argumentativa. Nesse caso, adentramos explicações que se aproximam da sociologia ou textos que se amparam na filosofia da história. Enfim, se a história é chamada para justificar pontos de vista ideológicos, ela vai perdendo perspectivas de caracterização. Ela somente se torna conveniente para o endosso de um pré julgamento. Enfim, quando se pensou em se sair da memorização de datas e nomes dos heróis, caiu-se na memorização de argumentos que dão suporte a uma ideologia ou outra.

O historiador Capistrano de Abreu se referia a uma anedota remetida ao rei absolutista Luis XIV que nos ajuda a compreender essa situação. Dizia Capistrano que Luis XIV, andando por Versalhes, teria perguntado as horas para um servo. E ele respondeu: *é a hora que agrada a vossa majestade*. Essa *boutade* passa também a ideia de que os historiadores podem ajustar suas fontes àquilo que já previamente já supunham saber ou que anteriormente já queriam dizer.

Referências:

ALENCAR, J. *O Guarani*. São Paulo: L & PM, 1998.

ARÓSTEGUI, Julio. *A pesquisa histórica: teoria e método*. Bauru: Edusc, 2006.

- BERLIN, Isaiah. *Estudos sobre a humanidade: uma antologia de ensaios*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.
- BURKE, Peter. *A escola dos Annales 1929- 1989: a Revolução Francesa da historiografia*. São Paulo: Editora UNESP, 1991
- FRANCE, A. *Os deuses têm sede*. São Paulo: Boitempo, 2007.
- GILDERHUS, Mark T. *History and Historians: a historiographical introduction*. Pearson Education: New Jersey, 2010.
- GLÉNISSON, J. *Iniciação aos estudos históricos*. São Paulo/Rio de Janeiro: DIFEL, terceira edição, 1979.
- GRAFTON, A. *As origens trágicas da erudição: pequeno tratado sobre a nota de rodapé*. Campinas: Papirus, 1998.
- GREEN, Anna e TROUP, Kathleen. *The houses of history: a critical reader in twentieth-century history and theory*. New York: New York University Press, 1999.
- HEGEL, G. W. *Fenomenologia do Espírito*. São Paulo: Vozes, 2008.
- HEGEL, G. W. *Filosofia da História*. Brasília: UNB, 1999.
- HOLANDA, Sérgio Buarque. “O atual e o inatual em Leopold von Ranke” in *Ranke: história*. São Paulo: Editora Ática, 1979 (publicado na *Revista de História*, número 100, São Paulo, 1974).
- HUXLEY, A. *Contraponto*. Rio de Janeiro: Editora Globo, 2002.
- IGGERS, Georg G. *Historiography in the twentieth century: from scientific objectivity to the postmodern challenge*. Wesleyan University Press: Connecticut, 1997.
- LESSA, Renato. *Veneno Pirrônico: ensaios sobre o ceticismo*. Francisco Alves Editora: Rio de Janeiro, 1997.
- MOMIGLIANO, A. *As raízes clássicas da historiografia moderna*. Bauru: EDUSC, 2004.
- MUNSLOW, ALUN. *Desconstruindo a história*. Petrópolis: Editora Vozes, 2009.
- TERRA, Ricardo. “Algumas questões sobre a filosofia da história em Kant” in KANT, Emmanuel. *Idéia de História universal de um ponto de vista cosmopolita*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1986.
- TOLSTOI, L. *Guerra e Paz*. Belo Horizonte: Itatiaia, 2008.
- WRIGHT, Robert, *O animal Moral. Por que somos como somos: a nova ciência da psicologia evolucionista*. Rio de Janeiro: Editora Campus, 1994.